



EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS

Francisco Miraglia

Professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP

Fotos: Daniel Garcia



Passeata de 31/5/07 em direção ao Palácio dos Bandeirantes

Ao ameaçar, já nos primeiros dias de 2007, a autonomia da USP, Unesp e Unicamp, reorganizando arbitrariamente, ao mesmo tempo, o sistema público de ensino, os decretos do governo Serra encontraram a oposição de professores, funcionários e estudantes. Resistiremos a toda espécie de política que prescreva uma educação para os mais aquinhoados; e outra para a esmagadora maioria dos brasileiros, propagandeada como “apropriada”, mas que não passa de treinamento para a realização de tarefas do interesse do aparato produtivo



Diálogo pouco promissor

O movimento de professores, funcionários e estudantes da USP, Unesp e Unicamp no primeiro semestre de 2007, coordenado pelo Fórum das Seis¹, foi um embate contra políticas do governo estadual e de busca de aumento do financiamento público da Educação Pública em geral. Além de lutar para reverter um ataque sem precedentes à autonomia das universidades, proferido através de decretos do governo Serra, baixados a partir do primeiro dia de seu mandato, também reivindicávamos, entre outros pontos importantes, reajuste salarial de professores e funcionários e um aumento significativo das verbas destinadas a políticas de permanência estudantil. Além disso, era ne-

cessário enfrentar, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), a proposta de reforma da Previdência do Executivo Estadual — a São Paulo Previdência (SPPrev) — e lutar por mais verbas para a educação pública e gratuita na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO-2008).

Há algum tempo que o Fórum das Seis insiste que os atuais 9,57% da Quota-Parte do Estado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE) destinados às universidades estaduais são insuficientes para a sua manutenção adequada. Além disso, reiteradas vezes propusemos que o montante de recursos destinado à educação pela Constituição Estadual passasse, urgentemente, de no mínimo 30% para no mínimo 33%

da receita de impostos do Estado de São Paulo, incluindo as transferências da União.

É de conhecimento geral o efeito da falta crônica de investimento na educação pública, a única à qual a esmagadora maioria da população pode ter acesso. Basta lembrar a propaganda em época eleitoral. Na realidade, o compromisso com este direito social, elemento-chave para o exercício pleno da cidadania, não tem sido prioridade na pauta dos executivos e legislativos estaduais, e o mesmo pode-se dizer do governo federal.

Para além do fato de que pagar banqueiros é mais importante do que educação, saúde, transporte, entre outros direitos sociais fundamentais, alguns fatores têm influência decisiva no arrocho real de



Aspecto da manifestação de 31/5

verbas para a educação. O primeiro a ser mencionado é a sonegação fiscal, acompanhada não só da corrupção no aparelho estatal, responsável pelo controle da arrecadação, mas também das próprias políticas adotadas pelo governo, que abre mão de receita por meio de “benefícios” fiscais, alguns deles aparentemente inofensivos, para setores sociais específicos, em detrimento da sociedade. Um exemplo desse último é o decreto 48.034 (de 19/8/03), que isenta de pagamento de ICMS as compras feitas pela administração direta, suas autarquias e fundações. Parece bom: o Estado não arrecada, mas também não paga. Um exame mais detalhado mostra, no entanto, que, devido à grande capacidade de compra do aparelho estatal, há uma perda de arrecadação estimada em

Ao calcular o repasse às universidades a Fazenda subtrai o montante orçado para habitação (1% do ICMS). Só em 2007, a USP, a Unesp e a Unicamp deixarão de receber, por conta desta artimanha, cerca de R\$ 54,5 milhões

cerca de 4%. Está claro o resultado: acabaram de diminuir todas as verbas vinculadas (os 16% da saúde, os 30% da educação, os 9,57% das universidades estaduais, etc.).

Ao lado da sonegação, da corrupção e da evasão fiscal consentidas, outras medidas políticas aprofundam a falta de verbas para educação e saúde públicas. Por exemplo: muito embora a contribuição previdenciária dos servidores públicos seja recolhida aos cofres da Fazenda, o pagamento deste direito é contado como parte da verba destinada ao exercício ativo de um direito social. No caso das universidades estaduais, por exemplo, o pagamento de aposentadorias, incluído nos 9,57%, é cerca de 25% da folha de pagamento dessas instituições. Outra conta importante é a dos Hospitais Universitários, que, como deveriam, prestam serviços de atendimento à sociedade, sem contrapartida da Secretaria da Saúde do Estado. Ainda no caso das universidades, antes do cálculo do repasse a Secretaria da Fazenda desconta o montante orçado para habitação: só em 2007, a USP, Unesp e Unicamp deixarão de receber, por conta desta artimanha, cerca de R\$ 54,5 milhões. Além

disso, o Executivo não inclui na base de cálculo várias parcelas importantes do ICMS, como o pagamento, acompanhado das multas e juros de mora, da dívida ativa do ICMS.

Que fique imediatamente registrado que consideramos fundamentais e socialmente importantes as contas públicas da educação, saúde, previdência, habitação, justiça e infra-estrutura, entre outras. O que é inadmissível é utilizar as verbas de uma dessas contas para financiar outra, sacrificando todas.

Além disso, essa política de arrocho faz com que certas providências tornem-se fundamentais para fechar as contas das universidades. Exemplos são o resultado da aplicação financeira dos repasses mensais e o atraso, ou não pagamento, da parte das universidades da contribuição ao Instituto de Previdência do Servidor Público (Ipesp, que será substituído pela SPPrev), que é de 6% do salário de cada servidor autárquico.

O crescimento e a maturação das universidades estaduais, com expansão de vagas em cerca de 30% nos últimos anos, acrescidos dos problemas advindos dos procedimentos do Executivo mencionados acima, exigem um aumento signifi-

cativo das verbas destinadas a toda a educação, em particular para as universidades estaduais. A falta de verbas para custeio — a universidade perde autonomia ao ficar dependente de agências de fomento para o financiamento da pesquisa, de laboratórios e de bibliotecas — e a falta de políticas amplas de permanência estudantil, que garantam o exercício efetivo, a todos os que necessitem, do direito social à educação, embora não sejam motivo de surpresa, constituem-se, mesmo assim, em violência contra a universidade pública e contra todos os que nela estudam e trabalham.

As entidades que compõem o Fórum das Seis fazem parte de um conjunto amplo da sociedade civil que luta contra a transformação de direitos sociais fundamentais em mercadorias ou que sejam concebidos e tratados

como “serviços prestados” à sociedade. Sempre defendemos a expansão do ensino público e gratuito em todos os níveis, de modo a poder atender toda a demanda social. Ao mesmo tempo e no mesmo movimento, reivindicamos que este ensino seja de qualidade, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica e da emancipação pessoal e coletiva. Resistiremos a toda espécie de política que prescreva uma educação para os mais aquinhoados pelo sistema econômico que rege a sociedade brasileira; e outra educação, que ou é inacessível, ou

não passa de treinamento para a realização de tarefas do interesse do aparato produtivo, esta sim propagandeada como “apropriada”, para a esmagadora maioria dos brasileiros.

Fruto da luta de professores, estudantes e funcionários na Alesp durante o ano de 2006, a LDO-2007 aprovada pelo Legislativo continha alguns avanços no financiamento da educação pública quando foi enviada ao governador Cláudio Lembo, aliado político de Serra: 31% da receita de impostos para a educação em geral e 10,67% do ICMS-QPE para as universidades estaduais. No

Os decretos de Serra desferiram um ataque sem precedentes à autonomia das universidades estaduais, conquistada após dura luta em 1988. Também projetaram a reorganização e redirecionamento tanto do Ceeteps quanto da Fapesp

último dia de seu mandato, 31 de dezembro, Lembo vetou todas estas providências.

No dia 1º de janeiro de 2007, o governo Serra baixa o decreto 51.460, fragmentando ainda mais a área educacional: cria a Secretaria do Ensino Superior (substituindo a do Turismo), e transforma a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico em Secretaria de Desenvolvimento. A educação básica fica na Secretaria da Educação, o Centro Paula Souza e a Fapesp passam para a Secretaria de Desenvolvimento. No

mesmo dia, baixa o decreto 51.561, que organiza a Secretaria de Ensino Superior, a qual passariam a se subordinar as universidades estaduais, atacando diretamente a autonomia universitária. Em particular, na redação original, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) passaria a ser, permanentemente, o Secretário de Ensino Superior. A pesquisa dita “operacional” passaria a ser prioritária, enquanto que a básica não chega sequer a ser mencionada. Ignorando o tripé que caracteriza as universidades (ensino, pesquisa e extensão), não prevê

o financiamento das universidades, nem sua articulação com a educação básica. No dia 2 de janeiro, novo decreto, o 51.471, vedando por tempo indeterminado a admissão ou contratação de pessoal, atividades agora ain-

da mais centralizadas no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública.

No dia 9 de março, o Executivo dispara o decreto 51.636, que obriga as universidades a ingressarem no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado e dos Municípios de São Paulo (Siafem-SP) e autoriza a Secretaria do Tesouro a deduzir das liberações financeiras às universidades valores equivalentes às contribuições previdenciárias “patronais” não recolhidas pelas universidades (artigo 12). Na realidade, as universidades já declaravam sua movimentação

financeira mensal no Siafem-SP há algum tempo, agora passando a fazê-lo diariamente. A real ameaça, com perda definitiva de autonomia financeira, seria que o montante dos repasses devidos às universidades estaduais permanecesse na conta única do Siafem-SP, necessitando de permissão dos secretários da Fazenda e Planejamento para serem empenhados. Além disso, as universidades perderiam o resultado da aplicação financeira dos repasses e teriam o desconto do não repasse ao Ipesp da sua parte — valores que, diante do constrangimento de verbas discutido acima, são atualmente importantes para fechar suas contas anuais.

É claro que os governadores de São Paulo e o governo federal têm outra proposta para fechar as contas das universidades: o arrocho de salários,

recurso muito utilizado para financiar a operação do Estado. Afinal, é mais fácil perseguir e criminalizar movimentos sociais do que enfrentar banqueiros, os interesses de multinacionais, ou a corrupção, fiscal ou de qualquer outra espécie.

No dia 14 de março de 2007, novo decreto, o 51.660, cria a Comissão de Política Salarial, centralizando todas as negociações salariais da Administração Direta, suas fundações e autarquias na Secretaria de Gestão Pública. E o Cruesp?

Tratava-se de um ataque sem precedentes à autonomia das uni-

versidades estaduais, conquistada após dura luta em 1988, origem dos decretos editados pelo governo Quéricia no início de 1989. Além disso, projetava-se uma reorganização e redirecionamento tanto do Centro Paula Souza (Ceeteps), quanto da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Através do Ceeteps far-se-ia a expansão sem qualidade do ensino, enquanto que afastar-se-ia gradualmente a Fapesp tanto das universidades estaduais, quanto de seu objetivo fundamental que é o financiamento da pesquisa básica.

Em paralelo aos decretos, o

A reitora Suely Vilela deixou de comparecer e de mandar representante a debate sobre os decretos, em 3/5. Os estudantes exigiram explicação, mas foram recebidos por portas trancadas e seguranças. Em um ato espontâneo, ocuparam a Reitoria

Executivo tomava outras providências políticas. Através da Secretaria da Fazenda, deixava de divulgar os dados mensais de arrecadação de impostos, negando informações até mesmo para o Cruesp. O então Secretário do Ensino Superior escrevia artigos e propalava que de modo algum a autonomia das universidades estava sendo atacada. O Executivo enviou à Alesp o seu projeto de Previdência Estadual (SPPrev), que continha dispositivos absurdos: aplicava-se apenas aos servidores concursados, deixando de fora mais de 250.000 servidores da Educação,

da Saúde e das universidades.

Desde o início do ataque desfechado pelo Executivo, as entidades do Fórum das Seis denunciaram a manobra do governo Serra. Foram inúmeras palestras e artigos em jornal, na expectativa de sensibilizar o corpo das universidades e a opinião pública para a gravidade da situação e a necessidade de uma reação enérgica.

Enquanto isso, a posição oficial do Cruesp era de que estavam em tratativas com o governo, não considerando a situação tão grave quanto as entidades de professores, estudantes e funcionários. Em cada universidade, a posição das administrações era diferenciada. Na USP e na Unesp, o silêncio institucional acerca do ataque de governo Serra era ensurdecedor, embora algumas congregações da USP manifestassem sua

preocupação com o rumo indicado pelos decretos. A reitora da USP, professora Suely Vilela, não compareceu, nem enviou representante, a um debate sobre o impacto dos decretos nas universidades promovido pela Adusp.

Na Unicamp, um manifesto dos diretores de unidade atacava frontalmente as atitudes do Executivo e, no dia 27 de março, o Conselho Universitário da instituição manifestou seu “completo desacordo” com os decretos.

Os estudantes da USP novamente convidaram a Reitora para

um debate, no dia 3 de maio, acerca dos decretos e novamente não houve comparecimento de nenhum representante da Reitoria. Os estudantes desceram do anfiteatro da Geografia para o prédio da Reitoria, exigindo alguma explicação. Recebidos por portas trancadas e seguranças, em um ato essencialmente espontâneo, decidiram ocupar a Reitoria em protesto contra os decretos do governo Serra. Além disso, apresentaram uma pauta de reivindicações na qual constavam alguns eixos centrais que discutiremos a seguir.

A partir do início do primeiro semestre de 2007, o Fórum das Seis construiu uma pauta de reivindicações, aprovada nas assembleias de cada categoria, que dava conta da complexidade da situação política e da necessidade de reação organizada. A pauta de reivindicações entregue ao presidente do Cruesp e reitor da Unicamp, professor José Tadeu Jorge, no dia 17 de abril, continha os seguintes eixos fundamentais:

- Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Ceeteps, com a manutenção da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a não fragmentação dos diversos níveis de ensino e a revogação dos decretos do governo Serra;

- Aumento do investimento do Estado na educação pública em geral para 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da ICMS-QPE para as universidades e

Cresceu significativamente a irritação das diversas categorias com o governo Serra, mas o Executivo controla o Legislativo e o impede de agir de forma independente. Esta violação de uma regra básica da República ameaça a democracia

2,1% do ICMS-QPE para o Ceeteps;

- Dotação orçamentária específica para garantir políticas adequadas de permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Ceeteps;

- Reajuste de 3,15% (para voltar ao poder aquisitivo de maio/06 pelo ICV-Dieese), mais a incorporação ao salário base de parcela fixa, conforme as seguintes diretrizes:

I. para os docentes, conforme a tabela a seguir:²

Regime de trabalho	Parcela fixa (em R\$)
RTP	200/5,7691 = 34,67
RTC	200/2,2727 = 88,00
RDIDP	200

II. para os funcionários técnico-administrativos, incorporação de R\$ 200 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa correspondente à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

- Retirada do projeto da SPPrev, para ampla discussão com todo funcionalismo público.

O Fórum das Seis, tendo que enfrentar várias frentes, articulou-se também com as entidades dos

servidores públicos estaduais. Foi agendado ato conjunto do funcionalismo, com paralisação, para o dia 10 de maio, na cidade de São Paulo. Nesse mesmo dia, a comissão de negociação do Fórum das Seis reuniu-se com o Cruesp em Campinas. Muito embora o Cruesp declarasse que a situação não era assim tão grave, os reitores declararam que não poderiam dar uma resposta a nossas reivindicações salariais já que a Secretaria da Fazenda não havia informado a arrecadação do ICMS. É importante notar que o Executivo havia ordenado um contingenciamento dos repasses às universidades em janeiro e fevereiro de 2007, que só em março havia começado a se regularizar. Além disso, o montante de recursos originários da Lei Kandir (que ressarcem os Estados por perda de arrecadação devido à isenção de ICMS para as exportações) não estava mais sendo repassado às universidades.

No dia 16 de maio, estudantes e funcionários da USP entram em greve; no dia 17 de maio o Fórum das Seis promove ato na Alesp pela retirada do projeto da SPPrev. O governo, pressionado, decide conduzir negociações pontuais com os servidores, mas de modo algum



Assembléia de docentes vota durante a greve: em defesa da autonomia

aceita retirar o projeto. A irritação das diversas categorias com o governo Serra cresceu significativamente, mas o controle do Executivo sobre o Legislativo é tão forte que impede o parlamento de agir de forma independente. Esta violação de uma das regras básicas de uma república, quase sempre presente na história política brasileira, é uma ameaça concreta e decisiva ao exercício da democracia e à legitimidade do aparato institucional.

No dia 23 de maio, os professores da USP entram em greve. A ocupação da Reitoria da USP pelos estudantes teve um efeito importante na mobilização dos docentes, fazendo com que o ataque do Executivo à autonomia, a falta de verbas e de políticas efetivas de permanência estudantil, a precarização do trabalho e a falta de democracia no interior da universidade viessem energicamente à tona. No mesmo dia, o Fórum das Seis incorpora-se

a um ato unificado com o funcionalismo público e outros movimentos sociais organizados, na Avenida Paulista, em defesa dos direitos sociais e do emprego. Mesmo a chuva não impediu que cerca de 10.000 manifestantes se dirigissem em passeata para a Alesp, exigindo o fim do arrocho salarial dos servidores públicos, a retirada do projeto da SPPrev e a revogação dos decretos de Serra.

Neste mesmo 23 de maio, uma comissão do Fórum das Seis realizou uma nova rodada de negociações com o Cruesp. Os reitores propõem o índice Fipe de 3,37% (um caso raro em que este índice é maior do que o ICV-Dieese de 3,15%), mas rejeitam a proposta de parcela fixa. Fica acertada nova reunião de negociação para o dia 6 de junho, na qual ficou acertada comissão conjunta para acompanhamento mensal da evolução do ICMS (jamais convocada) e foi

apontado o horizonte de outubro/07 para negociação da parcela fixa.

No dia 28 de maio, a Alesp aprova o projeto da SPPrev, mas com algumas modificações, fruto da pressão dos setores organizados do funcionalismo, incluindo o Fórum das Seis, Apeoesp e SindSaúde. Passaram a ser considerados como servidores efetivos, para efeito dessa Lei Complementar, todos os servidores contratados pelo Estado, mesmo aqueles que o foram via Lei 500, que pelo texto desta última seriam “temporários”, alguns na função há muitos anos. Houve modificação na constituição dos conselhos, que originalmente eram de exclusiva indicação do governador e passaram a ser paritários. As universidades, por exemplo, terão no Conselho Fiscal *um* representante, indicado por *todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas das três universidades estaduais (!!!)*. Por outro lado, e muito grave, consagra-se no artigo 26, inciso I, do texto aprovado, a “mistura de contas”: os benefícios pagos serão computados para efeito de vinculações legais e constitucionais em áreas específicas. Ou seja, a educação ativa vai ajudar a pagar a conta da Previdência. Provavelmente, depois do golpe da Previdência dado pelo governo Lula, este seja, estrategicamente, o maior dano feito aos serviços públicos essenciais.

No dia 30 de maio, fruto da luta de professores, estudantes e funcionários em defesa da universidade pública, o Governador edita um decreto declaratório, alterando parte substantiva dos decretos baixados a partir do primeiro dia de seu governo. Muito embora não revogue os

decretos, declara que medidas muito danosas à autonomia das universidades não se aplicam a estas instituições. Levando em conta a correlação de forças políticas, termos arrancado o decreto declara-

tório é, sem dúvida, uma vitória do movimento.

Na mesma edição do *Diário Oficial* na qual foi publicado o decreto declaratório, aparece carta assinada pelos Reitores e pelo Presidente da Fapesp, propondo um grupo de trabalho para analisar o ordenamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Mesmo assim, no dia 31 de maio, professores, estudantes e funcionários planejavam realizar ato no Palácio dos Bandeirantes, pois, além dos decretos, reivindicávamos aumento do financiamento para educação pública em geral, e das universidades em particular. Saindo da Cidade Universitária, a passeata foi bloqueada pela Polícia Militar no início da Avenida Morumbi. Apenas uma comissão do Fórum das Seis foi recebida no Palácio, protestando contra a falta de liberdade de expressão e apresentando as nossas reivindicações. No dia 4 de junho, a coordenação do Fórum das Seis protocolou ofício ao Governador, reivindicando a constituição de mesa e negociação para discutirmos:

1. O aumento do investimento do Estado de São Paulo na educação pública em geral, em particular nas universidades estaduais e no

A primeira reação do aparelho institucional a uma manifestação de discordância ou oposição é o descaso, seguido pela desqualificação, e quando necessário, a criminalização. Uma postura autoritária, que torna a política inútil e até mesmo desprezível

Ceeteps, tendo em vista a deliberação da Alesp sobre a LDO-2008;

2. A elaboração de instrumento legal para garantir vinculação de investimento do Estado de São Paulo para manutenção e desenvolvimento adequados das universidades estaduais.

No mesmo ofício, manifestávamos interesse em participar do grupo de trabalho proposto pelos Reitores e o Presidente da Fapesp, e pedíamos que a Secretaria da Fazenda fosse instada a divulgar, mensalmente e no menor prazo possível, os dados da arrecadação de impostos do Estado.

Jamais recebemos resposta. No entanto, registre-se que a partir de julho a Fazenda voltou a divulgar os dados mensais de arrecadação e que as universidades voltaram a receber a parte da Lei Kandir que lhes é devida. Por outro lado, o desconto da habitação permanece e o governo e seus representantes na Alesp recusaram-se a negociar qualquer reajuste nos recursos destinados à educação em geral, às universidades, ou vincular recursos ao Ceeteps. Os 9,57% do ICMS-QPE permanecem, com todos os problemas que já conhecemos.

Um traço politicamente importante, e extremamente negativo, tem permeado toda a nossa experiência recente no Brasil: a indisposição do aparelho institucional ao diálogo e à negociação. A

primeira reação à manifestação de discordância ou oposição às medidas tomadas pelas autoridades constituídas tem sido o descaso, seguido por tentativas de desqualificação, e quando julgam necessário, até mesmo a criminalização dos movimentos sociais. Este comportamento autoritário, dentro e fora dos muros da universidade, torna a política — entendida como método para encontrar soluções socialmente significativas para conflitos e divergências — inútil e até mesmo desprezível, ao mesmo tempo em que “ensina” este procedimento estruturalmente anti-democrático.

Será necessário preservar e ampliar a organização e a capacidade de ação política estratégica dos movimentos sociais organizados, para fazer frente à presente tentativa de transformar a construção da democracia no Brasil — que ainda dá apenas os seus primeiros passos — em caricatura, cujos traços lembrarão fisionomias autocráticas e fascistas.

Notas

- 1 O Fórum das Seis congrega as entidades representativas dessas categorias e também do Centro Paula Souza, organizando-os sempre por meio de resoluções consensuais, devidamente aprovadas por suas instâncias deliberativas.
- 2 Os coeficientes correspondem à relação entre os salários bases dos regimes de trabalho, em todos os níveis da carreira.